

ARQUIVOS SENSÍVEIS? desafios epistemológicos da historiografia do regime militar do maranhão

SENSITIVE ARCHIVES? Epistemological Challenges in the Historiography of the Military Regime in Maranhão

Alicia Moreira Felix¹

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo refletir sobre o uso de acervos documentais da Ditadura Civil-Militar do Maranhão no processo de escrita da História. A metodologia adotada combina uma análise qualitativa de referenciais bibliográficos com um estudo de caso de prosopografia focado no acervo do DOPS/MA. Embora reconheçamos as limitações e os desafios decorrentes do uso de arquivos, não descartamos sua relevância, já que estes são fundamentais para a escrita da história e para a consolidação de regimes democráticos (Bauer, Gertz, 2009). Nesse sentido, o presente trabalho tenta ressaltar que a escrita da História deve ser uma prática que busca ampliar o escopo de narrativas incorporadas ao registro histórico, sobretudo quando falamos de passados sensíveis.

Palavras-chave: Ditadura Civil-Militar; Arquivos sensíveis; historiografia; Prosopografia.

ABSTRACT: This study aims to reflect on the use of documentary archives from the Civil-Military Dictatorship in Maranhão in the process of writing history. The methodology combines a qualitative analysis of bibliographic references with a prosopographical case study focusing on the DOPS/MA archive. While we acknowledge the limitations and challenges of using archives, we do not dismiss their significance, as they are fundamental to the writing of history and the consolidation of democratic regimes (Bauer, Gertz, 2009). In this sense, the present study seeks to emphasize that the writing of history should strive to expand the range of narratives included in the historical record, especially when addressing sensitive pasts.

Keywords: Civil-Military Dictatorship; Sensitive archives; Historiography; Prosopography.

¹ Mestranda em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e graduada em História pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Integra o grupo de pesquisa Religião, História e Cultura Material (REHCULT). Lattes: <https://lattes.cnpq.br/8893686349558822>. E-mail: aliciafelix8@gmail.com.



INTRODUÇÃO

Conforme apontam Caroline Bauer e René Gertz², é imprescindível que haja cuidados éticos e metodológicos do historiador ao analisar Arquivos sensíveis, pois é preciso saber entrecruzar informações de diferentes origens, compreender a data de produção, o órgão que produziu o documento e relacionar com a conjuntura do período. Pensando nisso, o trabalho propõe utilizarmos acervos, mas centralizando a análise nos sujeitos históricos excluídos³, de modo que a pesquisa se concentre não somente neles, como também a partir deles.

Por isso, não descartaremos o uso de arquivos, já que estes são fundamentais para a escrita da história e para a consolidação de regimes democráticos⁴. Esses recursos, quando utilizados de maneira entrecruzada, auxiliam o trabalho do historiador na reconstrução de memórias e testemunhos sobre perseguições, torturas e a própria estrutura de funcionamento do regime militar.

Dessa maneira, este trabalho pretende refletir sobre o uso de arquivos sensíveis da Ditadura Civil-Militar⁵ do Maranhão durante o processo da escrita da História, com foco em suas implicações epistemológicas. A abordagem busca explorar as possibilidades de deslocar o eixo de análise tradicionalmente centrado nos registros de arquivos policiais para uma perspectiva que priorize a narrativa dos sujeitos históricos ali documentados. Assim, o artigo problematiza o uso de documentos de arquivos, propondo uma historiografia que dialogue com as memórias e as vivências dos indivíduos.

² BAUER, Caroline Silveira; GERTZ, René E. Fontes sensíveis da história recente. **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, p. 173-194, 2009.

³ Por excluídos entenderemos aqueles cujos militares enquadraram como ‘subversivos’.

⁴ *Op. Cit.*, p.193.

⁵ Neste trabalho, utilizaremos o termo “civil-militar” a partir da ideia de Daniel Aarão Reis (2010) de que o golpe teve participação não só militar, mas também de outras instituições de natureza civil, como a imprensa, as igrejas, partidos políticos e conglomerados empresariais.

Para isso, utiliza uma metodologia qualitativa de análise bibliográfica dividida nos seguintes tópicos: 1) Abundância de trabalhos e fontes; 2) História do Tempo Presente e uso de acervos: desafios do historiador contemporâneo; 3) Arquivos sensíveis na historiografia do regime militar; 4) Usando acervos da DOPS/MA: centralizando os sujeitos. Por fim, faz um estudo de caso do Departamento de Ordem Política e Social do Maranhão (DOPS/MA), a fim de demonstrar um exemplo de uso de documentos de acervos policiais sendo usados para dar voz às narrativas dos sujeitos históricos que resistiram ao regime militar.

DESENVOLVIMENTO

2.1 Abundância de trabalhos e fontes

A historiografia da Ditadura Civil-Militar brasileira é uma das mais compactas em termos de números de trabalhos. Segundo o portal capes periódicos, essas são as quantidades de trabalhos registrados sobre o tema “ditadura” de 1945 até 2025:

QUADRO 01- Áreas de conhecimento x quantidades

Áreas	Quantidades
Ciências Humanas	4.728
Linguística, Letras e Artes	1.471
Ciências Sociais Aplicadas	1.222
Ciências da Saúde	605
Multidisciplinar	250
Ciências Exatas e da Terra	53
Ciências Biológicas	44
Engenharias	16



Fonte: Portal Capes periódicos⁶

Podemos notar a quantidade significativa de artigos, dissertações e teses registrados no portal capes sobre esse tema. Afinal, estamos falando de um passado recente (1964-1985), que ainda insiste em se tornar atual, seja por meio do debate político, das produções culturais ou das disputas pela memória coletiva. Somente na área de Ciências Humanas, por exemplo, temos um percentual de 56,36%% de pesquisas sobre Ditadura Civil-Militar. Além disso, é sempre válido contribuir com a historiografia do regime militar, sobretudo em 2024, ano em que se completou 60 anos do golpe.

Embora a abundância de trabalhos seja notável, o desafio da escrita da história não reside apenas na quantidade de fontes disponíveis, mas na forma como essas fontes são interpretadas. Assim como nos lembra a historiadora Arlette Farge⁷, o arquivo não é uma reserva, mas sim permanentemente uma falta. Isso significa que cabe ao pesquisador manejar esses documentos de forma crítica, utilizando-os como um suporte para compreender os momentos históricos descritos neles, frequentemente imobilizados pelas narrativas institucionais.

Este trabalho propõe, então, discutir a epistemologia do ofício do historiador ao abordar um período tão delicado da história brasileira, especialmente quando se utilizam arquivos sensíveis. Esses materiais, muitas vezes oriundos de instituições repressivas, como os serviços de inteligência da época, carregam marcas de violência e distorções de narrativas, exigindo um olhar crítico para além das fontes tradicionais.

2.2 História do Tempo Presente e uso de acervos: desafios do historiador contemporâneo

A historiografia passou por diversas transformações ao longo dos séculos, sobretudo no que tange às metodologias. Após o advento dos Annales, a década de 1980

⁶ Disponível em: https://www.periodicos.capes.gov.br/index.php/acervo/buscaador.html?q=all%3Acontains%28ditadura%29&source=expanded&publishyear_min%5B%5D=1945&publishyear_max%5B%5D=2025&mode=advanced&source=all. Acesso em 25/11/2024.

⁷ FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. Edusp, 2022.



demarcou o início de algumas mudanças ligadas ao ofício do historiador, pois passaram-se a ser questionados os seus métodos tradicionais, isto é, a forma objetiva de fazer a História apenas com análises objetivas de documentos.

Assim, o surgimento da metodologia da História Oral (entrevistas) trouxe um avanço para a historiografia do Tempo Presente, pois agora o historiador poderia usar de outras metodologias para sua prática de pesquisa: memórias, testemunhos, usos do passado, História Pública⁸ etc⁹.

Como aponta Carlos Fico¹⁰, agora, no tempo presente, o conhecimento histórico pode ser questionado com o testemunho dos que viveram o fenômeno histórico que o historiador está produzindo. No entanto, mesmo com a ascensão dessas novas metodologias de pesquisa, sobretudo a História Oral, ainda há o predomínio de mais fontes escritas na produção acadêmica.

Igor Moreira Lemos e Kelly Caroline Noll chamam atenção para essa “característica tradicional das abordagens historiográficas” (p.159, 2022). Ou seja, ainda prevalecem nas produções acadêmicas um número muito alto de acervos (agora digitalizados), principalmente documentos de imprensa (jornais e revistas). Os autores comentam que esses recursos devem auxiliar a problematização, mas não devem ser unicamente utilizados como metodologia. É preciso saber entrecruzar fontes e métodos.

Se antes tínhamos o problema da falta de arquivos, hoje a exacerbada quantidade de arquivos também traz à tona outro problema: a escolha do pesquisador e o manejo desses documentos. Com isso, Fico (2012, p.45) ressalta as marcas das temporalidades e os desafios durante a condução metodológica do pesquisador:

De fato, a marca central da História do Tempo Presente – sua imbricação com a política – decorre da circunstância de estarmos, sujeito e objeto, mergulhados em uma mesma

⁸ História Pública refere-se também ao método histórico fora da academia (Liddington, 2011, p.34).

⁹ MOREIRA, Igor Lemos; DA SILVA, Kelly Caroline Noll. Histórias em Tempos Presentes. **Fio que se faz trama**, p. 147, 2022.

¹⁰ FICO, Carlos. **História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro**. *Varia história*, v. 28, p. 43-59, 2012.



temporalidade, que, por assim dizer, “não terminou”. Isso traz importantes consequências epistemológicas para o conhecimento que se deseja construir.

2.3 Arquivos sensíveis na historiografia do regime militar

É válido destacar que os arquivos policiais surgiram no Brasil com o governo Vargas (1930-1945), por isso, estão interligados a governos repressivos desde a sua origem. No entanto, eles foram aperfeiçoados no regime militar:

Autores que se dedicam à História da polícia e a órgãos correlatos depois de 1930 destacam que, nesse momento, foi feito por assim dizer, um *upgrade* em relação a períodos anteriores, com maior profissionalização e melhor aparelhamento material, incluindo uma ampliação dos contatos e da influência de instâncias equivalentes em outros países.¹¹

Com o advento da Ditadura Civil-Militar (1964-1985), os pesquisadores passaram por diversas problemáticas de conduta metodológica. Em um primeiro momento, viram-se acuados de escrever sobre o regime, já que estavam vivendo aquele período. No entanto, Hobsbawm já alertava que a distância temporal não implica necessariamente na ausência de perspectiva, isto é, de ponto de vista¹². Sendo assim, não adianta nada ao historiador distanciar-se do seu objeto, pois o que mais importa é a sua conduta crítica e análise entrecruzada de fontes.

Além disso, tivemos uma transição democrática marcada pela impunidade¹³, o que acabou gerando um sentimento de inércia diante da reconstrução da verdade. Somente com a Lei 8.159, de 8 de janeiro de 1991, houve a possibilidade de assegurar “o direito de acesso pleno aos documentos públicos”, conforme previsto no direito ao acesso à informação do artigo 5º da Constituição Federal¹⁴.

¹¹ BAUER, Caroline Silveira; GERTZ, René E. Fontes sensíveis da história recente. **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, p. 174, 2009.

¹² HOBSBAWM, Eric. **Un historien et son temps présent**. In: Institut D’histoire du Temps Présent, p.102.

¹³ Carlos Fico demarca dois fatores como as principais marcas da ditadura como um fenômeno que “não terminou”: A Lei da Anistia de 1979 e a campanha das Diretas em 1984 (2012, p.51).

¹⁴ FICO, Carlos. **História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro**. Varia história, v. 28, p. 43-59, 2012.



Desse modo, com a abertura dos arquivos nos anos 1990 e o uso da História Oral, esse cenário mudou de figura. Agora as pesquisas estavam direcionadas ao uso de fontes documentais ou ao uso de testemunhos.

Ou seja, o pesquisador precisava lidar com “a versão dos que foram espionados, presos e torturados e não apenas a dos que espionaram, prenderam e torturaram”¹⁵

Sendo assim, estamos diante de um cenário de múltiplas fontes documentais de acervos policiais (fontes institucionais), bem como testemunhos daqueles que estiveram presentes no regime. Por isso, é dever do historiador entrecruzar informações com o intuito de privilegiar fontes produzidas pelos sujeitos que resistiram. Para fazer isso, é necessário que haja respeito e cuidado ético, pois são documentos sensíveis que envolvem várias vidas perdidas, torturadas ou ameaçadas.

Bauer e Gertz (2009) destacam alguns cuidados que o pesquisador deve ter ao utilizar arquivos sensíveis:

- a. Conhecer o órgão de informação ou de repressão que produziu o documento;
- b. Estar atento a data de produção;
- c. Saber cruzar informações dos documentos com outras fontes de diferentes origens, como testemunhos, por exemplo;
- d. Ter muito cuidado com as vítimas, sobretudo na hora de divulgar nomes.

3.3 Usando acervos da DOPS/MA: centralizando os sujeitos

Nesse tópico, busquei trazer um exemplo da minha trajetória de pesquisadora utilizando acervos do Arquivo Público do Estado do Maranhão (APEM), com foco no setor do Departamento de Ordem Política e Social do Maranhão (DOPS/MA). Aqui, compartilho minhas experiências ao lidar com documentos de um passado sensível e

¹⁵ *Op. Cit.*, p.54.



recente, que precisam ser manejados com uma metodologia que reconheça tanto o papel dos sujeitos que resistiram ao regime, quanto os desafios éticos de dar visibilidade a essas memórias.

Retratar a minha trajetória enquanto historiadora é importante, porque, como aponta Pierre Bourdieu¹⁶:

Segue-se que, embora a crítica ao etnocentrismo ou ao anacronismo, em um primeiro nível, seja legítima para alertar contra a projeção descontrolada do sujeito do conhecimento em relação ao objeto do conhecimento, pode, em outro nível, impedir o antropólogo, bem como o sociólogo ou o historiador, de fazer uso racional de sua experiência nativa, porém, anteriormente objetivada, para entender e analisar as experiências de outras pessoas. Nada é mais falso, em minha opinião, do que a máxima quase universalmente aceita nas ciências sociais segundo a qual o pesquisador não deve colocar nada de si mesmo em sua pesquisa (Bourdieu, 1996).

Nesse sentido, utilizei o dossiê do DOPS/MA, especialmente essas três séries: 1) Subversão, 2) Estudantes, 3) Entidades Religiosas. A partir disso, demarquei um recorte temporal do ano de 1978. Neste ano, houve uma passeata denominada de “Caminhada pela Paz”, em memória do recentemente falecido Papa Paulo VI.

A Caminhada pela Paz ocorreu no dia 27 de agosto de 1978, 20 dias após a morte do Papa Paulo VI, por volta das 8:00 horas da manhã, com cerca de 70 estudantes se deslocando da Universidade Federal do Maranhão até a Igreja da Sé. Durante o percurso, foram distribuídos panfletos destacando a vida e obra de Paulo VI, reafirmando o compromisso do clérigo com a justiça social¹⁷.

“O ato de enterrar não se limita ao próprio momento, pois seu gesto permanece e, assim como o luto, transforma em presença interior a ausência física perdida” (Ricoeur, 2000, p.97). Portanto, uma passeata seguida de uma missa é um ritual que pode utilizar de metáforas para externar críticas, dor, indignação e até mesmo projetar esperanças para

¹⁶ BOURDIEU, Pierre. Objetificação participante. **RBSE: Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v. 16, n. 48, p. 73-86, 2017.

¹⁷ FELIX, A. M. A MORTE DO PAPA PAULO VI COMO FORMA DE RESISTÊNCIA À DITADURA CIVIL-MILITAR NO MARANHÃO. In: Encontro Regional Nordeste de História Oral da ABHO - Narrativas de Resistência: História Oral e Temas Sensíveis, 2023, São Luís-MA. Anais do XIV Encontro Regional Nordeste de História Oral da ABHO - Narrativas de Resistência: Histór, 2024, v.1, p.1 – 12.



o futuro. Os estudantes católicos enxergaram na morte de Paulo VI uma forma de se apropriar da memória como estratégia de resistência dentro dos limites autoritários que estavam em vigor.

A organização da Caminhada pela Paz era resultado da politização no meio estudantil e católico, que viram a necessidade de se manifestar diante do regime antidemocrático que estava em vigor. A utilização de elementos religiosos era uma ferramenta de protesto, ainda que disfarçada. Diante desses acontecimentos recentes, me questionei como manejar esses documentos, afinal, não pretendia apenas ser uma transmissora de documentos embaralhados¹⁸.

Assim, para elucidar com mais coerência a trajetória desses estudantes maranhenses no ano de 1978, foi preciso compreender primeiro um pouco das suas subjetividades, a fim de ampliar o leque de possibilidades emancipatórias das narrativas plurais. Dessa maneira, tentei investigar os contextos familiares desses indivíduos, incluindo suas origens sociais, econômicas e culturais. Ou seja, usando uma metodologia de prosopografia, isto é, de análise das trajetórias dos sujeitos. Além disso, analisei os ambientes educacionais que frequentavam, as influências políticas e ideológicas às quais estavam expostos, e as redes de sociabilidade que mantinham.

Ao fazer uma investigação de elementos comuns de um grupo, podemos repensar questões universalistas consagradas pela historiografia tradicional, sobretudo quando falamos do uso de arquivos. Dito isso, com o intuito de rebater métodos universais de pesquisa, a prosopografia pode funcionar como um fôlego alternativo para a escrita da história:

As biografias coletivas ou prosopografia têm se destacado recentemente como um dos mais valiosos métodos para a pesquisa historiográfica, sendo caracterizada como investigação dos elementos comuns de um grupo, a partir das histórias de vida de sujeitos que, na pesquisa, se tornam figuras representativas das expressões sociais coletivas. Portanto, corresponde aos estudos de determinados conjuntos de questões como educação, economia, status, religiosidade, família, sexualidade, ou seja,

¹⁸ ZUMTHOR, Paul. **Performance, recepção, leitura**. Ubu Editora LTDA-ME, 2018.



experiências de vida que, como expressão de um grupo social, atravessam as vivências dos sujeitos pesquisados¹⁹

Além disso, essas narrativas contribuem para um estudo de dinâmicas mais específicas e menos generalizadas. Como aponta Ginzburg citando Haraway:

[...] devemos partir de um conhecimento parcial, localizado (*situated*), para construir uma ‘ideia utilizável, mas não inocente, da subjetividade’: não inocente porque consciente da existência de ‘uma argumentação construtivista muito forte referente a todas as formas de conhecimento, em primeiro lugar as científicas’, segundo as quais, no âmbito do discurso científico, ‘tanto a proposição como os fatos fazem parte de uma poderosa arte retórica’²⁰.

Assim, ao problematizar fundamentos epistemológicos vigentes, sobretudo a análise objetiva de documentos, é possível construir um prisma antropológico de grupos sociais através de outras estratégias de investigação. Afinal, com as mudanças no mundo, os sujeitos que o habitam também evoluem, refletindo novas dinâmicas e interações sociais.

Portanto, usei a prosopografia para descentralizar a narrativa policial da DOPS/MA, a qual descreve o momento histórico a partir das suas lentes. Ou seja, a partir da visão do estado ditatorial. Em seguida deslocamos a análise para os sujeitos históricos que resistiram ao regime militar no Maranhão, especialmente durante a Caminhada pela paz.

Então, selecionei os arquivos dos dossiês mencionados acima e coletei o nome de alguns estudantes e clérigos que estavam constando nos pedidos de busca da DOPS/MA. O ASI/FUMA²¹ assinalou os seguintes estudantes que faziam parte do

¹⁹ PASTI, Renato; JÚNIOR, Gilson Brandão Oliveira. **Biografia e Prosopografia: Investigações de Trajetórias, Valorização das Experiências.** Revista Expedições: Teoria da História e Historiografia (ISSN 2179-6386), v. 10, n. 1, p. 30, 2019.

²⁰ GINZBURG, Carlo. **Relações de força: história, retórica e prova.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

²¹ Assessoria de Segurança e Informações (ASI) funcionava como um órgão de vigilância e controle dentro de diversas instituições brasileiras durante a ditadura civil-militar. Esses órgãos eram responsáveis por monitorar, coletar informações e manter o controle sobre atividades políticas, acadêmicas e sociais que poderiam ser consideradas subversivas ou contrárias ao regime militar. Informe N°0204/ASI/FUMA/78.

campus Bacanga da Universidade Federal do Maranhão e que estavam participando da caminhada:

IMAGEM 01- Pedido de busca

CONFIDENCIAL

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
IV EXÉRCITO — 10.º R. M.
24.º BATALHÃO DE CAÇADORES
Gu S L — 2.ª SEÇÃO

São Luís, -Ma. 16 / 11 / 78

Assunto: CAMINHADA PELO PEREGRINO DA PAZ
Origem: CI/DPF
Avaliação: --.--
Difusão: DPF - SSP - ASI/FUMA
Dif. Anterior: --.--
Referência: PB Nº 370-E/2-78, de 06 Nov 78.
Anexo: --.--

Mº-183/78

Encaminha-se a WFF
Em 21/11/78
[Assinatura]

PEDIDO DE BUSCA Nº 29 32/78

1. DADOS CONHECIDOS

Durante a frustada "CAMINHADA PELO PEREGRINO DA PAZ" programa da pelo DCE/UFPA para o dia 26 Set 78, foi apreendida em poder do estudante de filosofia LUIS ALBERTO DE SOUZA ALVES, a seguinte relação:

a. LUIS ALBERTO SOUSA ALVES:- Durante o período letivo: Seminário Santo Antonio - Rua 13 de Maio, 500 - Centro - São Luís - MA.
Durante as férias: Rua Basílio de Magalhães, 51 - CORÓIA - São Luís - MA.

b. ANTONIO AGENOR GOMES:- Rua Sete de Setembro, 142 - Centro - São Luís - MA - 65.000.

c. LAURIZETE PINHEIRO NEVES:- Rua 2 casa 250 - São Francisco - São Luís - MA - 65.000.

d. JOANA MENEZES MENDES:- Rua 3, casa 123 - São Francisco - São Luís - MA - 65.000. - Férias.
QI 9 conj. Q casa 94 - GUARÁ I
Brasília - DF - 70.000 - Residencial

e. FRANCISCA VERDES PONTES:- Rua Alto da Vitória, 284
São Luís - MA - 65.000.

LUIS ALBERTO é ativista do ME, muito ligado ao clero onde realizou curso de teologia. O mesmo mostrou-se bastante apreensivo quando lhe foi solicitada a referida relação. Este elemento foi um dos que acusaram falsamente a Polícia Federal de tê-lo torturado, juntamente com outros dois elementos.

2. DADOS SOLICITADOS

- Verificação, na área, de envolvimento dos nominados com grupos ou movimentos subversivos, atividades da esquerda clerical ou movimento estudantil.
- Outros dados julgados úteis.

338

O DESTINATÁRIO É RESPONSÁVEL PELA MANUTENÇÃO DO SIGILO DESTES DOCUMENTOS (Art. 62-Dcc. 65.417/67-8545)

CONFIDENCIAL

Fonte: DOPS/MA

Em seguida, separei em um quadro o endereço residencial, data e local de nascimento, nome dos pais, curso de graduação da época e, por fim, a ocupação atual:

QUADRO 02- Informações dos Estudantes

Nome	Data e Local de Nascimento	Nome dos pais	Endereço	Curso de graduação/ocupação profissional	Ocupação atual
Juarez Medeiros Filho	01/JUL/1955, Barra do Corda/MA	Juarez Medeiros e Leonides de Souza Medeiros	Rua Monteiro Lobato N° 147, bairro do Lira	Direito (presidente do DCE)	Advogado. Foi Deputado Estadual (1987-1995) e candidato a vice-governador do Maranhão na chapa de Eptácio Cafeteira.
Padre Marcos Passerini	16/MAI/1941, MOEBEGNO/ITÁLIA	Attilio Passerini e Lidia Ciapponi	Rua Sete de Setembro (Rua Cruz, N° 52	Padre da Paróquia de São João Batista	Coordenador da Pastoral Carcerária Arquidiocesana e Regional NE.
José Maria de Sousa Medeiros	01/JUL/1955, Barra do Corda/MA	Juarez Medeiros e Leonides de Souza Medeiros	Rua Monteiro Lobato N° 147, bairro do Lira	Curso de Direito, funcionário da Universidade Federal do Maranhão	-
Samira Maluf Saad	13/MAI/1957	Melhem Ibrahim Saad e Jandira Maluf Saad	Rua José Bonifácio N° 96	Medicina	Médica em São Luís/MA.
Renato Dionísio de Oliveira	13/MAI/1955- Pindaré Mirim/MA	Alcides Dionísio de Oliveira e Catarina Santos de Oliveira	Av. Tirirical, N°15- Cohab Anil II.	História	Atualmente é dirigente do Boi Pirilampo, empresário e produtor cultural.
Antônio Agenor Gomes	7/JAN/56, Guimarães/MA	Antonia Onesina Gomes Brito	Rua 7 de Setembro, N° 142.	Direito	Foi prefeito de Guimarães (1989-1992) e é Juiz no estado do

					Maranhão desde 1998.
Noberto Bacelar Pedrosa	-	Gumercindo de Araújo Pedrosa e Risoleta Bacellar Pedrosa	-	-	-
Gilvan Furtado De Queiroz	25/JAN/1953- Iturama/MG	Gerson Furtado de Queiroz e Júlia Martins de Queiroz	Rua Vila Iná Rego, 819, apt. 12	Medicina	Médico
Luiz Alberto Sousa Alves	24/AGO/1953- São Luís/MA.	Cristiano Rodrigues Alves e Senhorinha Sousa Alves.	Rua Casilio Magalhães, Nº 51, bairro da Coréia.	Filosofia e Teologia	Doutor em Ciências da Religião (PUCSP-2015) e professor adjunto III na mesma instituição.
Antônio José Amaral Pereira	24/AGO/1957, São Luís/MA.	Antônio Oscar Fernandes Pereira e Elda Amaral Pereira.	Rua 13, Quadra 10, Nº 04, Filipinho.	Matemática	-
Rubem Moreira Brito	-	-	-	Presidente do Diretório Acadêmico "GOMES DE SOUSA" da escola de Engenharia da FESM.	Engenheiro Civil e consultor de uma empresa de Engenharia.
Raimundo Nonato Coelho Neto	16/DEZ/1953, Itapecuru-Mirim	Osmam dos Santos Coelho e Maróia Neta Coelho	Rua Caminho da Boiada, Nº 139.	Comunicação (Jornalismo) e Direito (matrícula trancada). Ex-presidente do Diretório Universitário Central da UFMA.	Foi professor da UFMA, jornalista no jornal O Imparcial e na TV Mirante. Faleceu em 09/01/2010.
Laurizete Pinheiro Neves	-	-	Rua 2, casa 250- São Francisco, São Luís-MA, 65.000.	-	-



Joana Menezes Mendes	-	-	Rua 3, casa 123- São Francisco, São Luís-MA, 65.000.	Direito	-
Francisca Verdes Pontes	-	-	Rua Alto da Vitória, 284, São Luís-MA- 65.000.	-	-

Fonte: DOPS/MA.

Para Guebert²², os agentes sociais desenvolvem suas visões de mundo de maneira ativa, no entanto, essas visões foram moldadas por condições estruturais. Assim, suas posições podem ser compreendidas em relação à história social de suas famílias e às relações de solidariedade e amizade que mantinham, mediadas por instituições como a igreja, o colégio e os espaços de lazer. Dessa forma, através da busca por indivíduos que participaram das manifestações no final da década de 1970 no Maranhão, poderemos devolver à memória histórica quem são ou quem eram essas pessoas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo analisar o uso de acervos sensíveis relacionados ao regime militar no Maranhão, com foco na metodologia da prosopografia como estudo de caso aplicado ao acervo da DOPS/MA. Esse método permitiu traçar um panorama do uso de documentos produzidos por arquivos policiais, colocando os sujeitos históricos no centro da análise. A proposta busca, assim, "devolver os sujeitos à história em uma sociedade que lhes emprestou palavras e frases" (Farge, 2022, p. 77), resgatando suas vozes e experiências dentro de um contexto marcado por silenciamentos e repressões.

²² Guebert, Caroline. **Sob o retrato de Euclides**. Uma história dos euclidianos e de seu "Brasil Interior" nos anos 1950. Curitiba: Editora UFPR, p.70, 2023.



REFERÊNCIAS

BAUER, Caroline Silveira; GERTZ, René E. Fontes sensíveis da história recente. **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, p. 173-194, 2009.

BOURDIEU, Pierre. Objetificação participante. **RBSE: Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v. 16, n. 48, p. 73-86, 2017.

FELIX, A. M. **A MORTE DO PAPA PAULO VI COMO FORMA DE RESISTÊNCIA À DITADURA CIVIL-MILITAR NO MARANHÃO**. In: Encontro Regional Nordeste de História Oral da ABHO - Narrativas de Resistência: História Oral e Temas Sensíveis, 2023, São Luís-MA. Anais do XIV Encontro Regional Nordeste de História Oral da ABHO - Narrativas de Resistência: Histór, 2024, v.1, p.1 – 12.

FICO, Carlos. **História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro**. Varia história, v. 28, p. 43-59, 2012.

GINZBURG, Carlo. **Relações de força: história, retórica e prova**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

Guebert, Caroline. **Sob o retrato de Euclides**. Uma história dos euclidianos e de seu “Brasil Interior” nos anos 1950. Curitiba: Editora UFPR, p.70, 2023.

HOBSBAWM, Eric. **Un historien et son temps présent**. In: Institut D’histoire du Temps Présent, p.102.

Informe N°0204/ASI/FUMA/78.

LIDDINGTON, Jill. **O que é história pública? O público e seus passados**. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (Orgs.). Introdução à História Pública. SP: Letra e Voz, 2011. p.31-52.

MOREIRA, Igor Lemos; DA SILVA, Kelly Caroline Noll. **Histórias em Tempos Presentes**. Fio que se faz trama, p. 147, 2022.

PASTI, Renato; JÚNIOR, Gilson Brandão Oliveira. **Biografia e Prosopografia: Investigações de Trajetórias, Valorização das Experiências**. Revista Expedições: Teoria da História e Historiografia (ISSN 2179-6386), v. 10, n. 1, p. 30, 2019.

RICOEUR, Paul. **La mémoire, l’histoire, l’oubli**. Paris: Seuil, 2000, p.97.

ZUMTHOR, Paul. **Performance, recepção, leitura**. Ubu Editora LTDA-ME, 2018.